



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Gerência de Apoio ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH**  
**Protocolo Geral Nº 00000.011202/2012-00**

**Data do Protocolo:** 17/04/2012

**Hora do Protocolo:** 11:27:33

**Nº do Documento:** 49912

**Data do Documento:** 13/04/2012

**Tipo do Documento:** MANDADO DE INTIMACAO

**Procedência:** [PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - 13ª VARA FEDERAL] [Brasil] [DF] [Brasília]

**Signatário/Cargo:** Marília Cardoso Duarte - Diretora de Secretária da 13ª VARA FEDERAL

**Resumo:** AUTOR: FONASC

Finalidade: INTIMAR da decisão proferida nos autos em epígrafe, a qual DEFERIU O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA.

**Cadastramento:** [Ministério do Meio Ambiente] [Gerência de Apoio ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH] [Naiana da Silva Alves] [EST2152]

**REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.**

**REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES**

**DOCUMENTOS APENSADOS**

<b>1º</b>	<b>2º</b>
<b>3º</b>	<b>4º</b>
<b>5º</b>	<b>6º</b>



PCTT: 92.100.04

**URGENTE**

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL  
13ª VARA FEDERAL

**ZONA2**  
DISTRITO FEDERAL

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**

**PROCESSO:** 13477-61.2010.4.01.3400



**CLASSE:** 7100 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA

**AUTOR:** FONASC - CBH FORUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTAO DE BACIAS  
HIDROGRAFICAS

**RÉU:** UNIAO FEDERAL E OUTRO.

**MANDADO:** Nº 499/2012

**INTIMAÇÃO DE :** CONSELHO NACIONAL DE RECURSO HIDRICOS - CNRH

**CPF/CNPJ :**

**ENDEREÇO:** SEPN 505, Lote 02, Sala 107, Ed. Marie Prendi Cruz, Asa Norte, Brasília/DF.

**FINALIDADE:** INTIMAR da decisão proferida nos autos em epígrafe, a qual DEFERIU O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA.

**ADVERTÊNCIA:** Não há.

**ANEXO:** Cópia da petição inicial e da decisão de fls.132/137.

**SEDE DO JUÍZO:** 13ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL  
SAUS Q 04-SAS - QD. 04 LOTE 7 BL. D EDIFICIO SEDE II - 3º. AND.  
BRASILIA-DF  
CEP: 70.070-040  
E-mail: 13vara@df.trf1.gov.br

Expedi este mandado por ordem deste Juízo Federal.

BRASILIA, 13 de Abril de 2012.

**MARÍLIA CARDOSO DUARTE**

Diretor(a) de Secretaria da 13ª VARA FEDERAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ  
FEDERAL DA \_\_\_\_\_ DA JUSTIÇA FEDERAL  
BRASILIA - DF



13477-61 2010 4 01 3400

RELCIO N. 2

S-

19 MAR 1926 000000

**PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA  
GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

**FONASC-GBH- Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas**, entidade e organização ambientalista não governamental, legalmente instituída nos termos da legislação das pessoas jurídicas, CNPJ 05.784.143/0001-55, localizada em Brasília no endereço CLN 107- Bloco D, sala 211- CEP 70643-540, (DOC. 01) Tels.: (61) 3202-7448-(61) 9999-6191, por si e por seus Órgãos Colegiados, com competência para atuar em todo território nacional, tendo como missão estatutária: acompanhar, monitorar e articular, cidadãos e ONGs de todo país, para participar e instituir os princípios da participação social na Política Nacional e nas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos e outras legislações correlatas, neste ato representado por seu Coordenador Prof. João Clímaco Soares de Mendonça Filho, Professor Sociólogo, CPF 04324234434- Identidade MG 11.995.192, (DOC. 02) e ainda na qualidade de Conselheiro representante das Organizações Cívis e Movimento Sociais junto ao CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH,

(2)

nos termos da PORTARIA nº. 50 de 2009 (DOC. 03), vem, por sua procuradora legalmente constituída (DOC. 04), abaixo assinado, onde recebe comunicações no mesmo endereço do FONASC - GBH, *supra*, propor

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO COM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA**

com fulcro na art. 5º., e art. 225 da CF/88, Art. 4º., do CPC, parágrafo único, art. 5º. II e IV da Lei 9.985/2000, Lei 7.347/85, Art. 1º, I, art. 3º e 5º V, Lei 9433/97 art. 1, parágrafo VI, Art. 37 da CF, em face dos seguintes entes públicos:

I - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA II - e do CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, situados respectivamente nos seguintes endereços:

**MMA:** Esplanada dos Ministérios, Bloco B- CEP 70.068-900 Fone (61) 3317-1000;

**CNRH-** Conselho Nacional de Recursos Hídricos- Edf. Marie Prendi Cruz- Setor de Edf. Públicos Norte (SEPN) 505, lote 02, Sala 107- Asa Norte- Brasília-DF, pelos fatos e razões de direito a seguir elencados:

**DOS FATOS:**

I - Na XXIV Reunião Plenária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH em 26 de março de 2009 foi aprovada Resolução desse Colegiado com parecer e voto contrário do Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça Filho, representante do segmento das organizações civis nesse Conselho. A Resolução "Define os procedimentos de indicação dos representantes do Governo Federal, dos Conselhos Estaduais, dos Usuários e das Organizações Civis de Recursos Hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos" e foi publicada no DOU como Resolução nº 100 do CNRH em 30 de Julho de 2009, em anexo (DOC. 05).

II - Ocorre que essa resolução nos seus artigos 4º e artigo 5º parágrafo 1º assim se expressam:

(3)

Art. 4º Apenas poderão ser habilitados como representantes dos usuários no CNRH pessoas jurídicas, caracterizadas como entidades de representação de âmbito e atuação nacional ou regional, tais como associações, instituições, federações e confederações, devendo a representação ser exercida por meio de indicação de seu representante legal

Art. 5º [...]

§ 1º A representação do segmento Organizações Cíveis dar-se-á por meio de instituições de expressão nacional ou regional.

III - Posteriormente, a CTIL- Câmara Técnica de Assuntos institucionais e legais- instância integrante do CNRH, encaminhou para a plenária do mesmo, nos termos do ofício nº 31/2009/CTIL/CNRH/ MMA de 16 de novembro de 2009. Proposta de Resolução (DOC.06) que "Institui o Cadastro de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos (COREH), com o objetivo de manter em banco de dados registros de organizações cíveis de recursos hídricos para fins de habilitação para representação no Conselho Nacional de recursos Hídricos (CNRH)" e que foi objeto de discussão na XXII reunião Ordinária do CNRH de 17 de dezembro de 2009 e foi objeto de pedido de vista pela representação das organizações cíveis, na pessoa do Autor, nos termos regimentais fundamentado no fato de que a mesma reforça e reafirma os artigos da Resolução 100 acima, assim se expressando:

Art. 2º. Para fins de habilitação para representação no CNRH, estão sujeitas a cadastro as seguintes Organizações Cíveis de Recursos Hídricos, observado o disposto no art.48 da lei nº 9.433/1997 e no art. 5º da Resolução CNRH nº 100, de 26 de março de 2009:

IV - Diante desse fato, a representação das organizações cíveis no Conselho Nacional de Recursos Hídricos construiu entendimento de que este colegiado, através de suas instâncias de deliberação está regulamentando e adotando normativos que impedem o acesso de entidades da sociedade civil organizada de todo o país e seus representantes, com atuação local e regional à função pública de

(4)

representante no Conselho Nacional dos Recursos Hídricos- CNRH, e que esses normativos carecem de fundamentos jurídicos e não pode prosperar, mesmo porque restringe indevidamente o Princípio da Participação na Gestão dos Recursos Hídricos, prevista no art.1º, VI da Lei nº 9.433/1997, conforme documentos em tramitação nesse conselho.

### DO DIREITO

I - Ocorre que para que um órgão administrativo colegiado, como o CNRH, integrante da Administração Pública Federal, possa editar regulamentos (tais como resoluções, moções etc), estes devem estar em estrita sintonia com o que dispõem as normas constitucionais e a legislação brasileira vigente, conforme o que preceitua o Princípio da Legalidade, inserto no art.37 da Constituição Federal de 1988.

II - Entretanto, não há na Constituição Federal de 1988, no Código Civil ou na Lei Federal nº 9.433/1997 qualquer autorização para que se diferenciem entre si as entidades da sociedade civil de atuação local, regional ou nacional.

III - Na Constituição Federal prevalece o Princípio da Igualdade:

Princípio da Igualdade Direito Constitucional. Trata-se do princípio da isonomia, segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...] (DINIZ, Dicionário Jurídico. Vol.3, São Paulo: Saraiva, 1998, p 722)

IV - No Código Civil, as entidades da sociedade civil organizada e sem fins lucrativos são distinguidas entre Fundações e Associações, sem se fazer qualquer menção ou distinção com relação ao âmbito de atuação, se local, regional ou nacional.

V - Por sua vez, na Lei Federal nº 9.433/1997, existe referência com relação à natureza da atuação das entidades que ocuparão assentos no CNRH, que devem ser "entidades civis de recursos hídricos", isto é, devem atuar na defesa e conservação do ambiente e, em especial, da água. Mas não há nenhuma referência com relação ao âmbito

(5)

espacial de atuação. Mas, para compor os Comitês de Bacia, as entidades devem apresentar atuação comprovada na respectiva bacia hidrográfica:

Art. 34. O Conselho Nacional de recursos Hídricos é composto por:

(...)

IV- representantes das organizações civis de recursos hídricos.

(...)

Art. 39. Os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por representantes:

(...)

V- das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

Ou melhor, para compor os comitês, é preciso ter atuação local, mas para atuar perante o CNRH, não há qualquer restritivo legal.

VI - Por fim, a própria Lei Federal Nº 9.433/1977 no seu artigo 1º Parágrafo VI explicita nos seus fundamentos a descentralização e universalidade daqueles que participam da gestão das políticas públicas das águas:

Art.1º. A Política nacional de recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

(...)

VI- a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder público, dos usuários e das comunidades.

VII - Pelo exposto nessas propostas de Resolução mencionadas, não poderá inscrever-se no "Cadastro de Organizações Civis de Recursos Hídricos (COREH)", para efeito de exercerem o livre e sagrado direito constitucional de serem atores partícipes dos colegiados de políticas públicas para as águas de país, e se fazer representar ou serem representadas no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, entidades que não seja de "expressão nacional ou regional". Praticamente explicita-se em dois normativos gerados pelo CNRH uma intenção de exclusão por motivo de tamanho da entidade.

6

VIII - Além do mais, para efeito de operacionalidade dessas Resoluções, haveria, portanto, de se definir o que significa "expressão regional ou nacional".

IX - Nesse caso, a Resolução 100 e a proposta de Resolução que cria o cadastro de entidades com fins de habilitação ao Conselho, a ser apresentada no plenário do CNRH; adentraram por um caminho de atribuir competência a um colegiado, além de seus limites, haja vista querer estabelecer mais um critério para participação das organizações civis em um colegiado (CNRH) de política pública que contraria princípios fundamentais legais, tendo como exigência o tamanho da organização e sua área de abrangência e atuação.

X - Resgate-se ainda que os normativos dos outros órgãos colegiados em nível nacional, não adotam esse tipo de exigência nos seus procedimentos de cadastro para participação e atuação de representação política em colegiados. Estes possibilitam a participação de entidades de todo o país quando legitimamente eleitas pela respeitabilidade política conquistadas entre seus pares e não através de mecanismos restritivos subjetivos e questionáveis como esse. (Exemplo CONAMA/SUS)

XI - Por outro lado, a permanência desses normativos (Resolução 100 e Proposta de Resolução que cria o cadastro) empreende grave intervenção do Poder Público na livre organização da Sociedade Civil Organizada na medida em que cria condições, através da propositura de um cadastro com "barreiras" para as organizações participarem, configurando cerceamento de principal atribuição do poder público, assegurando constitucionalmente e em leis infraconstitucionais, a exemplo da própria Lei 9.433/97 e demais normativos da Constituição da República.

XII - A situação redonda em prejuízo para a sociedade brasileira, e porque não dizer, para a própria POLITICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, na medida em que, apenas poucas entidades terão condições de participar desse cadastro, tal como se expressa.

- XIII - Pelo visto, a proposta de resolução que institui o cadastro causa mais insegurança do que, até mesmo, consolidar e resolver questões pendentes da Resolução 100 que não conciliou a segurança jurídica do ato normativo a partir de uma convergência calçada na negociação política natural nesses colegiados, levando em conta os posicionamentos dos segmentos interessados no CNRH.

XIV - Portanto, não há autorização constitucional ou legislativa para que uma deliberação do CNRH impeça entidades da sociedade civil de ocuparem assentos no seu plenário apenas porque concentraram até então sua atuação no âmbito local ou regional configurando-se assim um total desrespeito ao Princípio da Participação da sociedade civil afrontando o direito e o Princípio da Isonomia.

XV - Ora é cediço, que no âmbito da efetividade da segurança jurídica, o Princípio da Proibição do Retrocesso Social tem que ser observado, pois quando se trata dos direitos de liberdade, neste caso de coibir a participação de entes da Sociedade Civil no CNRH, não se concebe a idéia de revogação de direitos sem que se ofereçam garantias que tenha eficácia equivalente.

XVI - Como se sabe, o Princípio da Vedação ao Retrocesso Social faz parte de nosso ordenamento jurídico através do Pacto de San Jose da Costa Rica decorrência lógica do que estabelece o artigo 5º da Constituição Federal quando preceitua no § 2º que *"Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte"*.

Nesta ótica o legislador infraconstitucional, o CNRH, está proibido de instituir normas que venham a ferir direitos e garantias já asseguradas na Constituição Republicana, bem como em outras normas já citadas, pois ao insistir em estabelecer regras de vedação de participação da sociedade estará instituindo políticas discriminatórias.

(8)

XVII - Pelo exposto, constata-se a proibição de um direito eminentemente social e de cunho fundamental, através de uma norma administrativa - a Resolução 100, que por outro lado, deste instrumento normativo, deriva-se outra resolução, no momento ainda uma proposta de minuta de resolução que "Institui o Cadastro de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos (COREH), com o objetivo de manter em banco de dados registro de organizações cíveis de recursos hídricos para fins de habilitação para representação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)", que será objeto de aprovação na 27ª Reunião Extraordinária do CNRH que ocorrerá as 9.00 am do dia 23 de março deste ano de 2010, a priori no endereço SEPN 505 - Lote 2 - Ed. Marie Prendi Cruz -1º andar - sala 108 - Brasília - DF. É inegável que ações dessa envergadura devem ser coibidas.

XVIII - Assim, considerando a importância do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, merece ser submetida à apreciação do Poder Judiciário, as resoluções que criaram tal cenário de insegurança jurídica a fim de garantir o direito de participação das entidades da sociedade civil de todo o país.

#### DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA

O Art.5º, da Lei 7.347/85 que dispõe sobre a Ação Civil Pública, legitima a Associação que esteja constituída há pelo menos um ano e tenha entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente



## DO PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

O artigo 273, I, do Código de Processo Civil permite que seja antecipada a tutela desde que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, e exista prova inequívoca e verossimilhança do alegado na petição inicial.

Excelência, no presente caso é evidente a inconstitucionalidade das proposições do CNRH, na medida em que viola a Constituição Federal, a Política Nacional de Recursos Hídricos e demais dispositivos legais ao coibir que organizações da sociedade civil participem do CNRH.

O perigo de dano irreparável está presente na proibição de um direito eminentemente social e de cunho fundamental, através de uma norma administrativa - a Resolução 100, que por outro lado, deste instrumento normativo, deriva-se outra resolução, no momento ainda uma proposta de minuta de resolução que "Institui o Cadastro de Organizações Cívis de Recursos Hídricos (COREH)".

Tratando-se de Direitos Sociais, não se concebe a idéia de revogação de direitos sem que se ofereçam garantias que tenha eficácia equivalente, que neste caso não há, fazendo-se necessário a concessão da tutela, qual sejam a anulação da Resolução 100 nos dispositivos considerados ilegais e a suspensão da aprovação da Proposta de Resolução que institui o COREH.

Considerando que a não antecipação do efeito da tutela jurisdicional ora buscada, importará em dano de difícil reparação por tratar-se de interesse que abrange aqueles considerados difusos, e bem ainda considerando a natureza, finalidade dos normativos que regulam o uso do bem público água e a dinâmica e o processo de

(10)

- organização e articulação de centenas de organizações civis que participam das políticas públicas das águas em todo o país para a eficácia dessas políticas, e por tudo mais que foi exposto, considera o Autor tenha demonstrado o atendimento aos pressupostos necessários à ANTECIPAÇÃO DA TUTELA prevista no art. 273 do Código de Processo Civil, para que, *repetimos: seja deferido, inaudita altera pars, a SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA RESOLUÇÃO nº 100 do CNRH, de 30 de julho de 2009 em seus aspectos inconstitucionais e demais resoluções derivadas, até que o mérito seja definitivamente julgado.*

#### DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer o Autor:

- a) A citação da UNIÃO representando os entes **Ministério do Meio Ambiente – MMA e Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH** nos seguintes endereços respectivamente; Esplanada dos Ministérios, Bloco B- CEP: 70.068-900 Fone: (61) 3317-1000; e Edifício Marie Prendi Cruz- Setor de Edif. Públicos Norte (SEPN) 505, lote 02, sala 107- Asa Norte- Brasília- DF- Fone: 061-31052076 para, querendo, responder aos termos da presente ação, sob pena de revelia;
- b) Que os pedidos sejam julgados procedentes para reconhecer e declarar como ato nulo, aquele que criou a Resolução nº100 do CNRH, no quesito que não permite que as organizações da sociedade civil possam participar como "representantes" ou "representadas" nesse colegiado independentemente de sua "ÁREA DE ABRANGÊNCIA", sob pena de Responsabilidade por Ato de Improbidade Administrativa.
- b1) Nesse mesmo sentido, a suspensão da aprovação da proposta de resolução, que "Institui o Cadastro de Organizações Cívicas de Recursos Hídricos (COREH), com o objetivo de manter



em banco de dados registro de organizações civis de recursos hídricos para fins de habilitação para representação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)", que será objeto de aprovação na 27ª Reunião Extraordinária do CNRH que ocorrerá as 9:00 am do dia 23 de março deste ano de 2010, a priori no endereço SEPN 505 – Lote 2 – Ed. Marie Prendi Cruz - 1º andar – sala 108 – Brasília – DF. É inegável que ações dessa envergadura devem ser coibidas SOB PENA DE RESPONSABILIDADE POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA:

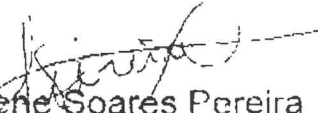
- c) Seja o Autor dispensado do pagamento de custas, emolumentos e outros encargos, conforme o Art. 18 da Lei 7 347/85.
- d) Seja o Ministério Público Federal intimado de todo os atos da presente, conforme parágrafo 1º do Art. 5º, da citada lei - ACP;
- e) A condenação das requeridas a pagar custas e honorários de sucumbência em valor a ser arbitrado por Vossa Excelência

Dá-se à causa o valor de R\$ 20 000,00

Nestes Termos

Pede e Espera Deferimento,

Brasília 16 de março de 2010.

  
Liene Soares Pereira  
OAB/MA  
9.281



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL  
Processo Nº 0013477-61.2010.4.01.3400  
Nº de registro e-CVD 00041.2012.00133400.2.00488/00033

**CLASSE : 7100-AÇÃO CIVIL PÚBLICA**  
**PROCESSO : 13477-61.2010.4.01.3400**  
**AUTORA : FONASC-CBH FORUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA**  
**GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**  
**RÉ : UNIÃO( MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE-MMA) E CONSELHO**  
**NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

**DECISÃO**

Trata-se de Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, ajuizada pelo **FONASC-CBH FORUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**, objetivando liminarmente a suspensão dos efeitos da Resolução nº 100 do CNRH, de 26 de março de 2009, em seus aspectos inconstitucionais, até o julgamento definitivo do mérito, bem como a suspensão da aprovação da proposta de resolução que “ *institui o Cadastro de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos(COREH), com o objetivo de manter em banco de dados registro de organizações cíveis de recursos hídricos para fins de habilitação para representação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos(CNRH)*”, que será objeto de aprovação na 27ª Reunião Extraordinária do CNRH que ocorrerá às 9:00h do dia 23 de março de 2010.

Pretende a parte autora a suspensão dos efeitos da Resolução nº 100 do CNRH, de 26 de março de 2009, que “*define os procedimentos de indicação dos representantes do Governo Federal, dos Conselhos Estaduais, dos Usuários e das Organizações Cíveis de Recursos Hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos*”.

Alega que referida Resolução, em seus artigos 4º, 5º e parágrafo primeiro, dispõe sobre a habilitação dos representantes no CNRH, impedindo o acesso de entidades da sociedade civil em todo o País e de seus representantes com atuação local e regional à função pública de representante no Conselho Nacional dos Recursos Hídricos-CNRH. Narra a parte autora que a Resolução nº 100/2009 restringe a participação das entidades da sociedade civil na Gestão dos Recursos Hídricos, em total afronta à Lei nº 9.433/1997 e à Constituição Federal de 1988.

A apreciação da liminar foi reservada para após a manifestação do representante judicial da União.

A União alegou não estarem presentes os requisitos para a concessão da tutela antecipada e requereu o indeferimento do pedido.

A tutela antecipada foi indeferida, conforme decisão de fls. 59/62, ao argumento de que a própria composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos possibilitaria a participação

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, PAULO CESAR LOPES em 13/04/2012, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 10224953400292.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL  
Processo Nº 0013477-61.2010.4.01.3400  
Nº de registro e-CVD 00041.2012.00133400.2.00488/00033

de todos os setores, inclusive de entidades de representação de âmbito e atuação municipal. Afastou-se, na ocasião, a existência de *periculum in mora*, uma vez que a Resolução nº 100, de 26/03/2009 somente viria a surtir efeitos no início de dezembro de 2011, para mandato dos representantes de maio de 2012 a maio de 2015.

O Ministério Público Federal apresentou parecer favorável à pretensão da autora.

A autora, por meio da petição de fls. 114/115, requer a reconsideração da decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela, alegando que o Edital de Convocação do CNRH de 13/01/2012 indeferiu a habilitação de diversas entidades com atuação em âmbito local, bem como pelo fato de o resultado final de habilitação estar previsto para a data de hoje, 13/04/2012.

É o relatório. DECIDO.

O legislador visou resguardar os recursos hídricos do País mediante a instituição de uma rede de proteção com entidades participantes de todos os níveis da federação. O Sistema Nacional de Gerenciamento de recursos Hídricos, assim, é formado por entidades de âmbito federal, estadual e municipal, conforme estabelece o art. 33 da Lei nº 9.433/1997:

- Art. 33. Integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:*  
*I – o Conselho Nacional de Recursos Hídricos*  
*I-A. – a Agência Nacional de Águas;*  
*II – os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal;*  
*III – os Comitês de Bacia Hidrográfica;*  
*IV – os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos;*  
*V – as Agências de Água.*

Sustentou a União que a Lei 9.433/97 já garantiu a participação de entidades locais na defesa dos recursos hídricos por meio dos Comitês de Bacia Hidrográfica, que seriam compostos por representantes “das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia (art. 39, inciso V) e que tal participação local ainda seria permitida por meio dos usuários de recursos hídricos (art. 39, inciso IV).

Alegou que a participação em nível estadual se daria por intermédio dos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal.

Por fim, alegou que a participação em nível nacional se daria por intermédio do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, cuja competência seria dividida em âmbito nacional (para todo o país), na forma do art. 35, I, da Lei 9.433/97, e em âmbito federal, relativamente aos rios de domínio da União (art. 35, VII da Lei 9.433/97).

Assim, sustentou a União que a participação local já seria alcançada pelos Comitês de Bacia Hidrográfica.

A Lei nº 9.433/97, em seu art. 34, no entanto, estabelece a composição do Conselho

---

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, PAULO CESAR LOPES em 13/04/2012, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 10224953400292.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL  
Processo Nº 0013477-61.2010.4.01.3400  
Nº de registro e-CVD 00041.2012.00133400.2.00488/00033

Nacional de Recursos Hídricos, da seguinte forma:

*Art. 34. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos é composto por:*

*I - representantes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos;*

*II - representantes indicados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;*

*III - representantes dos usuários dos recursos hídricos;*

***IV - representantes das organizações civis de recursos hídricos.***

*Parágrafo único. O número de representantes do Poder Executivo Federal não poderá exceder à metade mais um do total dos membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.*

Observo, assim, que a Lei nº 9.433/97, ao estabelecer a possibilidade de participarem do Conselho Nacional de Recursos Hídricos representantes das organizações civis de recursos hídricos, não estabeleceu qualquer exigência quanto ao seu âmbito de atuação, se local, estadual ou nacional.

Esta conclusão, aliás, é corroborada pelo próprio Decreto nº 4.613/2003, inexistindo exigência de que a representação junto ao CNRH se dê por organizações não governamentais ou entidades de nível nacional ou regional, *in verbis*:

***Art. 2º*** *O Conselho Nacional de Recursos Hídricos será presidido pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente e terá a seguinte composição:*

***I - um representante de cada um dos seguintes Ministérios:***

*a) da Fazenda; b) do Planejamento, Orçamento e Gestão; c) das Relações Exteriores; d) dos Transportes; e) da Educação; f) da Justiça; g) da Saúde; h) da Cultura; i) do Desenvolvimento Agrário; j) do Turismo; e l) das Cidades;*

***II - dois representantes de cada um dos seguintes Ministérios:***

*a) da Integração Nacional; b) da Defesa; c) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; d) da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e e) da Ciência e Tecnologia;*

***III - três representantes de cada um dos seguintes Ministérios:***

*a) do Meio Ambiente; e b) de Minas e Energia;*

***IV - um representante de cada uma das seguintes Secretarias Especiais da Presidência da República:***

*a) de Aquicultura e Pesca; e*

*b) de Políticas para as Mulheres;*

***V - dez representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;***

***VI - doze representantes de usuários de recursos hídricos; e***

***VII - seis representantes de organizações civis de recursos hídricos.***

*§ 1º Os representantes de que tratam os incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e seus suplentes, serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados pelo Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.*

*§ 2º Os representantes referidos no inciso V do caput deste artigo serão indicados pelos*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL  
Processo Nº 0013477-61.2010.4.01.3400  
Nº de registro e-CVD 00041.2012.00133400.2.00488/00033

*Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e seus suplentes deverão, obrigatoriamente, ser de outro Estado.*

§ 3º Os representantes mencionados no inciso VI do **caput** deste artigo, e seus suplentes, serão indicados, respectivamente:

- I - dois, pelos irrigantes;*
- II - dois, pelas instituições encarregadas da prestação de serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;*
- III - dois, pelas concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica;*
- IV - dois, pelo setor hidroviário, sendo um indicado pelo setor portuário;*
- V - três, pela indústria, sendo um indicado pelo setor minero-metalúrgico; e*
- VI - um, pelos pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo.*

§ 4º Os representantes referidos no inciso VII do **caput** deste artigo, e seus suplentes, serão indicados, respectivamente:

- I - dois, pelos comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, sendo um indicado pelos comitês de bacia hidrográfica e outro pelos consórcios e associações intermunicipais;*
- II - dois, por organizações técnicas de ensino e pesquisa com interesse e atuação comprovada na área de recursos hídricos, com mais de cinco anos de existência legal, sendo um indicado pelas organizações técnicas e outro pelas entidades de ensino e de pesquisa; e*
- III - dois, por organizações não-governamentais com objetivos, interesses e atuação comprovada na área de recursos hídricos, com mais de cinco anos de existência legal. (grifo nosso).*

§ 5º Os representantes de que tratam os incisos V, VI e VII do **caput** deste artigo serão designados pelo Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e terão mandato de três anos.

§ 6º O titular da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente será o Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

§ 7º O Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo Secretário-Executivo do Conselho e, na ausência deste, pelo conselheiro mais antigo, no âmbito do colegiado, dentre os representantes de que tratam os incisos I, II, III e IV do **caput** deste artigo.

§ 8º A composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos poderá ser revista após dois anos, contados a partir da publicação deste Decreto.

§ 9º O regimento interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos definirá a forma de participação de instituições diretamente interessadas em assuntos que estejam sendo objeto de análise pelo plenário.

A restrição imposta no art. 5º, §1º, da Resolução nº 100/2009 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de que dele participem apenas entidades de representação de âmbito e atuação nacional ou regional, conflita com a Lei nº 9.433/97, especialmente seu art. 34, inciso IV, que nada exigiu quanto ao âmbito de atuação das **organizações civis de recursos hídricos**.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL  
Processo Nº 0013477-61.2010.4.01.3400  
Nº de registro e-CVD 00041.2012.00133400.2.00488/00033

*Lei nº 9.433/97*

*Art. 34. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos é composto por:*

***IV - representantes das organizações civis de recursos hídricos.***

*Resolução nº 100/2009 do CNRH*

*Art. 5º Para os fins de representação no âmbito do CNRH, são reconhecidas como organizações civis de recursos hídricos entidades sem fins lucrativos em cujos objetivos sociais, previstos em seus estatutos, conste ao menos uma das seguintes atividades e atribuições:*

*§ 1º A representação do segmento **Organizações Civis** dar-se-á por meio de instituições de expressão nacional ou regional.*

Inovou, portanto, a Resolução nº 100/2009 do CNRH, por trazer limitações à participação de entidades no Conselho Nacional de Recursos Hídricos não contidas na Lei nº 9.433/97.

Neste mesmo sentido, manifestou-se o Ministério Público Federal, conforme se vê dos seguintes trechos parecer apresentado às fls. 102/107:

*“Da análise dos dispositivos acima colacionados, não se vislumbra qualquer exigência de que a representação junto ao CNRH deve ser feita por meio de entidade nível nacional ou regional. Pelo contrário, dos incisos do § 4º verifica-se que a composição do CNRH possibilita a participação de todos os setores, inclusive entidades de representação de âmbito e atuação municipal (I- dois, pelos comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, sendo um indicado pelos comitês de bacia hidrográfica e outro pelos consórcios e associações intermunicipais). (...)”*

*Da contextualização dos autos, em que pese a razoabilidade das justificativas apresentadas pela União para a edição da Resolução nº 100/2009, vê-se que tal normativo afronta os dispositivos acima referidos quando proíbe a participação de entidades municipais no CNRH, o que consolida ilegítima limitação ao exercício do direito de representatividade. Assim, dado que a Resolução vai além do conteúdo da lei, revela-se ilegal, por ofensa ao princípio da hierarquia das leis. (fl. 106)*

O *periculum in mora* resta agora demonstrado em face da publicação do Edital de Convocação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de 23 de dezembro de 2011, que indeferiu o pedido de várias entidades para participarem das assembleias Deliberativas, que terão por finalidade indicar os representantes para aquele Conselho, sob o argumento de falta de demonstração de atuação em âmbito regional ou nacional por aquelas mesmas entidades.

Ante o exposto, **DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA**, reconsiderando a decisão de fls. 59/62, para determinar que a União (Ministério do Meio Ambiente – MMA) e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH se abstenham de exigir a comprovação do âmbito de atuação regional ou nacional, prevista no § 1º do art. 5º da Resolução nº



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL  
Processo Nº 0013477-61.2010.4.01.3400  
Nº de registro e-CVD 00041.2012.00133400.2.00488/00033

100/09 do CNRH, para fins de participação naquele Conselho.

Intime-se, por mandado, para cumprimento imediato da presente decisão.

Brasília, 13 de abril de 2012.

**Paulo Cesar Lopes**  
Juiz Federal Substituto da 13ª Vara – SJDF